



COMUNIDADE DE MASSACHUSETTS GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

ONE ASHBURTON PLACE
BOSTON, MASSACHUSETTS 02108

ANDREA JOY CAMPBELL
ATTORNEY GENERAL

(617) 727-2200
www.mass.gov/ago

Gabinete da Procuradora-Geral de Massachusetts **Orientações sobre a Legislação Antidiscriminação**

As leis de direitos civis de Massachusetts protegem todas as pessoas na Comunidade contra discriminação ilegal. O Gabinete da Procuradora-Geral de Massachusetts está comprometido em assegurar que todos possam viver, trabalhar, estudar e divertir-se livres de discriminação em nossa Comunidade. A seguir, destacamos as principais áreas em que as proteções antidiscriminação se aplicam e como os indivíduos podem exercer seus direitos.

O Gabinete da Procuradora-Geral de Massachusetts reafirma seu compromisso de proteger minorias raciais, imigrantes, mulheres, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência, pessoas de todas as religiões ou sem religião, e outras comunidades marginalizadas contra a discriminação. Nossas leis ajudam a garantir que cada pessoa tenha igual proteção perante a lei e seja tratada com dignidade e respeito.

Se você sofrer discriminação, você tem direitos legais e opções para buscar reparação. Estas orientações têm caráter informativo geral. Se necessitar de ajuda em uma situação específica, utilize os recursos indicados ao final deste documento ou consulte um advogado.

Leis de Direitos Civis de Massachusetts Proíbem...

Discriminação em Habitação

O que é proibido?

A lei de Massachusetts proíbe que proprietários e administradores de imóveis, bem como corretores e agentes imobiliários, discriminem pessoas que estejam comprando ou alugando habitação com base em raça, cor, origem nacional, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, religião, idade (acima de 18 anos), gravidez ou presença de crianças, estado civil, recebimento de assistência pública ou subsídio habitacional, deficiência ou condição de veterano. Ver *Lei Antidiscriminação de Massachusetts*, G. L. c. 151B.

Quais habitações estão cobridas?

A maior parte das habitações em Massachusetts estão cobridas por nossa lei antidiscriminação. Há uma exceção limitada para unidades de aluguel em propriedades com até duas unidades quando o proprietário reside em uma delas; no entanto, essa exceção não se aplica à discriminação com base no recebimento de assistência pública ou subsídio habitacional, como o voucher Section 8 (programa federal de auxílio à moradia).

Quem está cobrido?

Proprietários de imóveis, empresas de administração de propriedades, corretores e agentes imobiliários que vendem, alugam ou administram habitações abrangidas estão proibidos de praticar discriminação em Massachusetts.

Quem está protegido?

Qualquer pessoa que esteja comprando ou alugando habitação abrangida está protegida contra discriminação habitacional ilegal em Massachusetts.

Além disso...

A lei de Massachusetts exige que os proprietários realizem a remoção de chumbo (ou eliminação dos riscos de chumbo) em um imóvel quando nele residir uma criança menor de seis anos. É ilegal que um proprietário em Massachusetts se recuse a alugar para famílias com crianças menores de seis anos, ou tente despejá-las, a fim de evitar sua obrigação de remover o chumbo de um apartamento. Ver *Lei do Chumbo de Massachusetts*, G. L. c. 111, §§ 190 e 199A.

Exemplos:

Proprietários de imóveis, administradores, corretores e agentes imobiliários de habitações abrangidas não podem:

- ☐ Anunciar que é obrigatório ter renda proveniente de emprego para alugar um apartamento;
- ☐ Recusar a venda de uma casa a um comprador em razão de sua raça;
- ☐ Informar a um possível inquilino que um apartamento disponível já foi alugado pelo fato de esse inquilino ter uma criança menor de 6 anos;
- ☐ Mostrar a um possível inquilino que possua um subsídio habitacional apenas apartamentos em determinados bairros que “aceitam” Section 8 (programa federal de auxílio à moradia dos EUA);
- ☐ Negar a um inquilino com deficiência uma adaptação razoável.

Discriminação no Emprego

O que é proibido?

A lei de Massachusetts proíbe a discriminação em processos de contratação, promoção, demissão, remuneração, benefícios, treinamentos, classificação e em outros aspectos do vínculo empregatício com base em raça, cor, religião, origem nacional, idade, sexo, gravidez, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, informações genéticas, ascendência e serviço militar. Ver *Lei Antidiscriminação de Massachusetts*, G. L. c. 151B.

Quais empregadores estão abrangidos?

Empregadores com seis ou mais empregados estão proibidos de discriminar trabalhadores e candidatos a emprego em Massachusetts. Qualquer pessoa que empregue trabalhadores domésticos também está proibida de discriminá-los contra eles.

Quem está protegido?

Empregados, trabalhadores domésticos e candidatos a emprego de empregadores abrangidos em Massachusetts têm direito a um ambiente de trabalho livre de discriminação e assédio.

Além disso...

A lei de Massachusetts proíbe todos os empregadores de pagar a um empregado menos do que pagam a outro de gênero diferente quando estiverem desempenhando em trabalho comparável. Também veda que os empregadores: (1) Perguntem sobre o histórico salarial de um candidato a emprego; e (2) Impeçam os empregados de discutir seus salários. A lei de Massachusetts exige que empregadores com vinte e cinco ou mais empregados estabeleçam e divulguem faixas salariais para os cargos, inclusive em anúncios de emprego. Ver *Lei de Igualdade Salarial de Massachusetts*, G. L. c. 149, §§ 105A e 105F.

A lei de Massachusetts exige que empregadores com seis ou mais empregados concedam no mínimo oito semanas de licença não remunerada para nascimento ou adoção de uma criança. A maioria dos empregadores também estão sujeitos à Lei de Licença Médica e Familiar Remunerada, que permite que os empregados tirem licença remunerada por motivos de saúde ou cuidado familiar qualificados, como o nascimento de um filho. Ver *Lei de Licença Parental de Massachusetts*, G. L. c. 149, § 105D, e *Lei de Licença Médica e Familiar Remunerada de Massachusetts*, G. L. c. 175M.

A lei de Massachusetts exige que os empregadores proporcionem acomodações a empregados grávidas e lactantes. Isso frequentemente inclui disponibilizar tempo e espaço para que a funcionária lactante possa extrair leite. Ver *Lei de Equidade para Trabalhadoras Grávidas*, G. L. c. 151B, § 4.

Exemplos:

Empregadores abrangidos não podem:

- ☐ Demitir um empregado por sua raça, gênero, orientação sexual ou outro status protegido (listados acima);
- ☐ Recusar contratar ou promover um empregado em razão de gravidez;
- ☐ Permitir assédio sexual no ambiente de trabalho;
- ☐ Deixar de fornecer a um empregado com deficiência uma acomodação razoável;
- ☐ Recusar permitir uma acomodação razoável para as práticas religiosas de um empregado.

Discriminação na Educação

O que é proibido?

A lei de Massachusetts exige que as escolas públicas ofereçam acesso igualitário a todos os alunos do ensino fundamental e médio, independentemente de raça, cor, origem nacional, status migratório ou de cidadania, deficiência, religião, sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Os alunos não podem ser discriminados na admissão à escola nem no acesso às vantagens, privilégios e cursos oferecidos pela educação pública. Ver *Lei Antidiscriminação Estudantil de Massachusetts*, G. L. c. 76, § 5.

Quais escolas estão abrangidas?

Todas as escolas públicas (incluindo charter, ensino fundamental, médio, técnico, vocacional-regional e escolas de ingresso por exame) estão sujeitas às leis antidiscriminação de Massachusetts.

Quem está protegido?

Todos os alunos das escolas públicas em Massachusetts, independentemente da cidadania, estão protegidos contra discriminação.

Além disso...

A lei de Massachusetts proíbe que atividades extracurriculares em escolas públicas restrinjam a participação ou oportunidades dos alunos com base em raça, cor, sexo, identidade de gênero, religião, origem nacional ou orientação sexual. Ver 603 Code Mass. Regs. 26.06.

A lei de Massachusetts proíbe o bullying por alunos ou membros da equipe escolar nas dependências da escola ou em atividades escolares. A equipe escolar deve relatar qualquer caso de bullying que presencie, e as escolas devem investigar prontamente quaisquer denúncias de bullying ou assédio. Ver *Lei Antibullying de Massachusetts*, G. L. c. 71, § 37O.

A lei de Massachusetts exige que escolas públicas forneçam educação especial e quaisquer serviços relacionados necessários para que um aluno com deficiência tenha acesso ao currículo geral no ambiente menos restritivo. Ver G. L. c. 71B e 603 Code Mass. Regs. 28.00.

Exemplos:

Escolas públicas não podem:

- ☐ Negar matrícula a alunos que sejam indocumentados ou sem moradia;
- ☐ Deixar de responder a alegações de que um aluno repetidamente chamou outro aluno por nomes depreciativos em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual;
- ☐ Deixar de fornecer os serviços de educação especial necessários a um aluno com deficiência.

Discriminação em Estabelecimentos Abertos ao Público

O que é proibido?

A lei de Massachusetts proíbe que estabelecimentos abertos ao público discriminem pessoas com base em raça, cor, crença religiosa, origem nacional, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, surdez, cegueira, qualquer deficiência física ou mental, ou ascendência. Ver *Lei de Estabelecimentos Abertos ao Público de Massachusetts*, G. L. c. 272, § 98.

O que é um estabelecimento aberto ao público?

Um estabelecimento aberto ao público é qualquer local que esteja aberto e aceite ou convide o público em geral. Exemplos incluem: hotéis, restaurantes, bares, teatros, salas de concerto, estádios esportivos, lojas, locadoras de veículos, seguradoras, lavanderias, bancos, salões de beleza, postos de gasolina, consultórios médicos, hospitais, farmácias, casas de repouso, escritórios de advocacia, escritórios de contabilidade, táxis, museus, bibliotecas, parques, zoológicos, creches, abrigos, bancos de alimentos, academias, piscinas, boliches e campos de golfe.

Quem está protegido?

Qualquer pessoa que tente acessar ou frequentar um estabelecimento aberto ao público está protegida contra discriminação ilegal em Massachusetts.

Além disso...

A lei de Massachusetts exige que estabelecimentos abertos ao público admitam cães-guia acompanhando qualquer pessoa com deficiência física. Ver *Lei de Estabelecimentos Abertos ao Público de Massachusetts*, G. L. c. 272, § 98A.

Exemplos:

Estabelecimentos abertos ao público não podem:

- ☐ Negar serviço a um cliente por sua origem nacional;
- ☐ Cobrar mais de um cliente em razão de seu sexo;
- ☐ Recusar assento a um cliente em um restaurante por estar acompanhado de um cão-guia.

Conduta que Interfere no Exercício de Seus Direitos

O que é proibido?

A lei de Massachusetts proíbe qualquer pessoa de interferir, ou tentar interferir, em qualquer direito garantido a outra pessoa por meio de ameaças, intimidação ou coerção. Ver *Lei de Direitos Civis de Massachusetts ("MCRA")*, G. L. c. 12, § 11H.

Quem está protegido?

Todas as pessoas em Massachusetts têm proteção legal contra ameaças, intimidação ou coerção que interfiram no exercício de seus direitos.

Além disso...

A lei de Massachusetts define crime de ódio como qualquer ato criminoso motivado, ao menos em parte, por preconceito, discriminação ou intolerância em relação à raça, religião, identidade étnica, condição de deficiência, gênero, identidade de gênero ou orientação sexual de uma pessoa. Ver *Lei de Crimes de Ódio de Massachusetts*, G. L. c. 22C, § 32.

A lei de Massachusetts também garante a todos policiamento livre de preconceitos, o que significa que, no exercício de suas funções, os agentes de segurança não podem tratar pessoas de forma menos favorável com base em raça, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, religião, deficiência mental ou física, status migratório ou nível socioeconômico ou profissional. É expressamente proibido que a polícia pratique perfilamento racial ou de qualquer outra natureza. Ver *Lei POST de Massachusetts*, G. L. c. 6E, § 1, e G. L. c. 90, § 63.

Por fim...

A maioria das nossas leis antidiscriminação exige a provisão de acomodações razoáveis para pessoas com deficiência. Proprietários de imóveis, empregadores, empresas e entidades governamentais têm a obrigação de fornecer uma acomodação razoável para superar barreiras relacionadas à deficiência de uma pessoa. Exemplos de acomodações razoáveis incluem:

- ☐ Um proprietário remover o carpete para um inquilino com asma;
- ☐ Um empregador permitir que um empregado que realiza tratamento médico diário pela manhã comece e termine o dia mais tarde;
- ☐ Um consultório médico que agenda um intérprete de língua de sinais para uma consulta com um paciente surdo.

Além disso...

Existem requisitos básicos de acessibilidade que devem eliminar barreiras físicas em muitas situações. Por exemplo, o Americans with Disabilities Act e/ou o Código de Construção do Estado de Massachusetts exigem itens como rebaixamento de guias de calçada, portas largas e caminhos desobstruídos.

A retaliação é proibida pela Lei Antidiscriminação de Massachusetts. Caso você busque exercer um direito legal ou faça uma denúncia contra alguém por violação de seu direito legal, retaliar contra você é ilegal. Exemplos de retaliação ilegal incluem:

- Um proprietário iniciar o processo de despejo após um inquilino apresentar queixa ao MCAD por ter sido negada uma acomodação razoável;
- Um empregador demitir um empregado logo após ter solicitado licença parental ou médica;
- Um proprietário ou empregador que ameça chamar as autoridades federais de imigração (como o Immigration and Customs Enforcement – ICE) em resposta a uma denúncia feita contra eles.

Se você acredita que seus direitos foram violados, há recursos disponíveis:

- Você pode notificar o Gabinete da Procuradora-Geral de Massachusetts através do link <https://www.mass.gov/how-to/file-a-civil-rights-complaint> ou pelo telefone (617) 963-2917.
- Se a questão envolver habitação, emprego, educação ou estabelecimentos abertos ao público, você pode registrar uma queixa na Massachusetts Commission Against Discrimination (MCAD). Visite <https://www.mass.gov/how-to/how-to-file-a-complaint-of-discrimination> ou ligue para (617) 994-6000 para mais informações.
- Se você acreditar que os direitos educacionais de seu filho foram violados, também pode apresentar uma queixa ao Sistema de Resolução de Problemas (Problem Resolution System) do Departamento de Educação Fundamental e Secundária (Department of Elementary and Secondary Education). Visite <https://www.doe.mass.edu/prs/intake/default.html> ou ligue para (781) 338-3700 para mais informações.
- Para queixas relacionadas ao policiamento, você pode contatar a Comissão POST (Post Commission). Visite <https://policecomplaints.mass.gov/complaint> ou ligue para (617) 701-8401 para mais informações.
- Para encontrar um advogado em sua região ou verificar se você se qualifica para serviços jurídicos gratuitos para pessoas de baixa renda, visite <https://www.mass.gov/info-details/finding-a-lawyer>.

Última revisão: 19 de Agosto de 2025